

QUE AMOR NÃO É LIVRE? QUE RESPONSABILIDADE NÃO É AFETIVA?

RESENHANDO E APRENDENDO SOBRE AFETOS COM GENI NÚÑEZ E O PENSAMENTO INDÍGENA

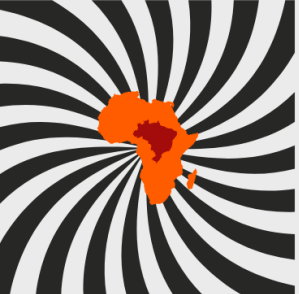
Andrisson Ferreira da Silva¹

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos**: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

Geni Núñez, mulher indígena do povo Guarani, é psicóloga e doutora pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo atuado na linha de "Gênero e suas inter-relações com geração, etnia e classe". Seu mestrado foi pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (UFSC), na linha "Processos de subjetivação, gênero e diversidades". Sua trajetória na Psicologia é entrelaçada com o pensamento originário Guarani, pelo qual a autora tensiona modos de pensar e sentir anticoloniais, que contrariam os pressupostos cartesianos da colonização ocidental de nossas mentes e de nossos corpos pela religião e pela instituição de "raças" enquanto promotores de uma violência sistemática aos povos originários.

Se distanciando de um maçante formalismo acadêmico, em tom de uma conversa, por vezes se amparando em documentos históricos, alguns autores e autoras e dados quantitativos, a autora faz uma conversa-escrita analítica sobre a sociedade brasileira antes da colonização e depois dos múltiplos genocídios cometidos pelos europeus, sobretudo em Pindorama. Geni Núñez escreve "Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar", lançando-o em 2023, adotando um fazer psicóloga poeta ou poeta psicóloga, como se denomina. A produção é prefaciada por Ailton Krenak e está dividida em três partes: "Parte I: Descolonização e relacionamentos"; Parte II: Desmistificando a não monogamia" e "Parte III: Os desafios da

¹ Discente de doutorado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC). Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). E-mail: andrissonf@gmail.com.



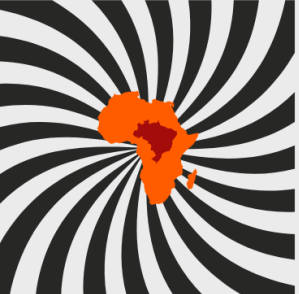
desconstrução, acolhendo inseguranças e angústias”, e finalizada com o posfácio de Juliana Kerexu, também do povo Guarani.

A autora inicia destacando a complexidade do debate sobre a descolonização e que o caos e a desordem fazem parte desse processo, assim, indica reflexões para que isso aconteça. Pontua sobre os temas discutidos em sua obra não serem tão novos, pois em algum momento já o ouvimos sobre, porém, sugere ser nova a sua abordagem. Dessa maneira, investe na defesa de que a visão dos povos indígenas sobre o amor foi muito negligenciada, por isso a necessidade de visões contracoloniais sobre o assunto a níveis históricos e macropolíticos. Geni destaca a escrita não ser neutra, mas estar atravessada por quem a faz e por ela é feito.

Os povos indígenas são muitos e suas perspectivas sobre os temas não devem ser generalizados. Ademais, a ideia de posse na cosmogonia Guarani não existe, o que é uma direção para “pensar outras formas de amar”. Na Primeira parte “Descolonização e relacionamentos”, a discussão é iniciada com o debate crescente sobre a monogamia e a não monogamia, todavia, esta já é uma discussão desenvolvida desde 1500 em nosso território, não é algo inédito. A partir do filósofo Spinoza, Geni descreve a sua busca por analisar como a colonização impactou em uma “monocultura dos afetos”.

Nas cartas jesuíticas, um dos primeiros registros escritos que oportunizam compreender o tema, encontram-se as dissidências e desobediências indígenas contrárias à colonização. Os missionários, aponta a autora Guarani, ficaram obcecados para erradicar as não monogamias indígenas, pois só assim seria possível o batismo e o êxito da colonização missionária, parte de um pretense projeto civilizatório da moral cristã. Sendo assim, descolonizar o pensamento parte da desconfiança do projeto ensinado em nome do amor e do bem – foi a partir disso que muitas violências perduraram.

Geni descreve sobre os primeiros marcos do racismo religioso que ocorrerem com a demonização das espiritualidades indígenas, isto constituiu as genealogias de imposição da monocultura dos afetos. A autora questiona o fato de a monogamia ser central para o cristianismo, concatenada na ideia de um deus que só se sente amado se é amado unicamente. Portanto, há no cristianismo o principal preceito da monogamia, a não concomitância de relações românticas, circunscrevendo isto o grande símbolo da fidelidade. A bíblia, por exemplo, está repleta de trechos onde Deus se sente enciumado quando o seu povo cultua a outros deuses. Embora exista o livre-arbítrio, quem não crer já está condenado ao inferno, e esses são pressupostos de estabelecimento das fundamentações da monogamia.

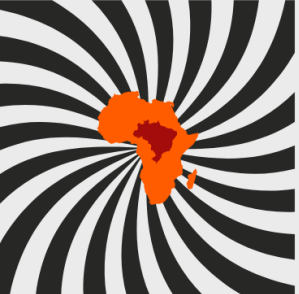


A autora elenca que um dos maiores equívocos sobre o tema da monogamia e poligamia no senso comum é que ela diz respeito a quantidades, sendo a monogamia apenas uma relação sexual por vez e a poligamia várias ao mesmo tempo. Todavia, tais conceitos não são sobre quantidade, mas o modo como acontecem. Para o cristianismo a relação monogâmica também levava em conta a indissolubilidade do vínculo, caracterizado mais tarde pelo amor romântico, a ideia do “felizes para sempre”, metade da laranja, etc. Tais concepções impactaram fortemente no direito ao divórcio no Brasil, estruturado somente na Constituição Federal de 1988.

As relações indígenas não se guiavam pela indissolubilidade do vínculo e não eram caracterizadas como monogâmicas. Os povos indígenas debatem assuntos muito anteriormente ao mundo ocidental, como o direito ao tempo emocional. Atualmente, indivíduos dizem que o debate sobre a monogamia é “coisa da moda”, invisibilizando a resistência indígena para manutenção de seus modos de vida para além da monocultura. Geni conceitua define esse fenômeno de “caravela epistêmica”, o costume de descobrir e assinar o que já existia.

Quanto aos fatores sociais religiosos e jurídicos, para Geni a indissolubilidade do vínculo deles é força motriz da misoginia pelo feminicídio, por exemplo. Para muitas lideranças cristãs o divórcio é pecado de adultério, pecado e crime se misturam, tanto que no Código Penal o adultério era crime até 2005, e, nesse sentido, as bases de pensamento cristão estão presentes quando elenca que o corpo da mulher pertence ao seu marido e da mesma forma o corpo do homem pertence à mulher. É uma ofensa ter autonomia de sua liberdade sexual. Destarte, a monogamia – orientada pela heterocisnorma defendida pela Estado – é alimento para as práticas de violência às mulheres, uma vez que se cobra a abdicação da própria autonomia. Isso reflete num cenário onde os crimes de feminicídio são praticados 90% por companheiros ou ex-companheiros e, para a autora, isso se acentua como uma forma de amar perigosa, pois o país em que 90% da população se afirma cristã é líder em assassinato de mulheres cis e pessoas trans.

Continuando em uma discussão sobre o sistema jurídico implementado no Brasil, Geni faz uma crítica ao Código Penal, pois na seção “Dos crimes contra a Família” se estabelece pena de reclusão de dois anos pela bigamia (quando a pessoa contrai matrimônio já sendo casada). Sequer é cogitado se a pessoa tem interesse em contrair o matrimônio. Também no Código Civil, a seção “Da Eficácia do Casamento”, destaca estar circunscrito por uma “Moralidade monogâmica” que preenche sentidos nesta lei sobre fidelidade, confiança, traição e respeito, mas que são eufemismos que circunscrevem a exclusividade afetivo-sexual. Tais fatores, contribuem para que ocorram violências nas experiências de amar, tanto que, em 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) não



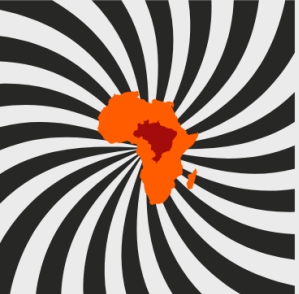
reconheceu a possibilidade de mais de uma união estável ao mesmo tempo. Uma imposição jurídica e marcada pelo Direito sustentado na lógica de propriedade. A imposição da monogamia pelo Estado brasileiro fere o princípio da laicidade, pois para muitas comunidades não cristãs, vínculos concomitantes não são crimes, denominando isso como efeito do racismo religioso.

É no âmbito dessas relações que a instituição familiar é desigual, quando às mulheres é destinado o trabalho remunerado, sendo elas que sustentam toda uma vida capitalista caracterizada pela sua exploração em limpeza e múltiplos cuidados. Historicamente, é imposto a elas também a ideia de sexo como dever. Isso parte do controle e punição da sexualidade no processo de colonização, que se tornou mais importante para os padres jesuítas do que as invasões, os estupros e a escravização. Os controles foram inúmeros, um exemplo disso é o do padre Manuel de Nóbrega que pedia roupas para as mulheres nativas, relatando que que “sofria” com “sua luxúria”. Esses percursos de proibição da nudez ajudaram a construir a noção de sua privatização e na quebra da exclusividade dela.

Todavia, não se pode omitir que as resistências indígenas no período colonial incomodavam os missionários. Assim, debater uma não monogamia a partir da perspectiva indígena traz o sentido de uma experiência que é vivida, “abrir” os termos e compreendê-los na prática. E, ao contrário do jargão de ser a não monogamia coisa da moda, a verdade é que a monogamia é uma recente imposição do processo de colonização.

Na segunda parte “Desmistificando a não monogamia”, Geni aponta alguns termos frequentes no debate sobre a não monogamia, tais quais poligamia, poliamor e amor livre, que não traduzem a mesma ideologia. Os prefixos “mono” e “poli” podem parecer que se trata de uma relação de quantidade, mas é um equívoco, pois não necessariamente “monogamia” corresponde a um e a não monogamia corresponde a vários. Em relações não monogâmicas a pessoa também pode escolher ter apenas um parceiro, mas isso cabe a ela responder, sendo somente dela o consentimento.

A categorização de povos não monogâmicos em poligâmicos denuncia mais o moralismo dos missionários que nominavam as relações dos povos originários. Não monogamia tem a ver com não terceirizar decisões sobre o seu próprio corpo, sendo de sua escolha querer se relacionar com alguém ou não querer se relacionar com ninguém. A ideia de escolha pelos missionários era uma hipersexualização, e isso atravessou inclusive relações de pessoas bissexuais taxadas como promíscuas por se interessarem por mais de um gênero. Na prática, não há apontamentos que infiram que pessoas monogâmicas tenham menos relações na vida, o que caracteriza uma projeção



moral. O sentido original da monogamia, ter apenas uma relação durante a vida, se esvaziou com o decorrer do tempo para apenas um namoro ou casamento ao mesmo tempo. Mas o núcleo, impossibilidade de concomitância, permanece. Socialmente há um elogio à monogamia e uma vilanização de pessoas não monogâmicas como se fossem promíscuas.

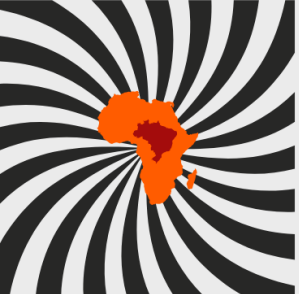
A poeta, que intercala suas reflexões com poesias ao longo do livro, defende que o foco de uma análise das relações deveria ser mais a qualidade do que quantidade, pois quando alguém centraliza uma relação em um sentido monogâmico, ela não consegue pensar mais relações afetivo-sexuais ao mesmo tempo.

Concomitante, a isso a autora aponta as comunidades sexo-gênero dissidentes sempre serem associadas à “destruição da família” e à “desobediência moral”, no entanto, há adoções de posicionamentos conservadores dentro da própria comunidade e rebaixamento dos seus próprios pares. Geni sugere que pessoas feridas pela violência colonial podem ressignificar termos como família, deus, respeito e finalidade. Mas, às vezes estes sistemas também não devem ser ressignificados, mas sim destruídos. A não monogamia, alvo de seu debate, é uma crítica à normatividade monogâmica e a questão não é numérica, tanto que em alguns lugares a poligamia acontece, mas com a estrutura de poder centralizada no homem cis e coerção de corpos de mulheres.

Geni destaca o porquê de outros termos como poliamor, amor livre, não monogamia consensual e relação aberta não serem utilizados no seu trabalho. No termo poliamor há uma centralização do amor romântico e sexual. As expressões amor livre, não monogamia consensual e relação aberta podem ser questionadas. Qual amor não seria livre e qual responsabilidade não seria afetiva? Sobre não monogamia consensual, qual monogamia seria a forçada?

Não monogamia se trata não de quantidade, mas de construção de outras formas de viver os vínculos. O casamento heterossexual monogâmico ocupa um lugar fundamental no sistema capitalista, nele as mulheres têm uma sobrecarga de trabalho não remunerado. A “defesa da família” é a defesa da exploração e manutenção de privilégios econômicos dos homens, não isso somente estabelecido pelo machismo, mas pelo vínculo romântico e a ideia de “posse” da mulher em um sistema capitalista que lhes “tira” o tempo para outros vínculos sexuais ou descanso, lazer e projetos sociais.

A não monogamia crítica põe em questionamento esse sistema, fazendo perceber a necessidade de redistribuição de tarefas e outras formas compartilhadas contrárias à exploração. Mesmo assim, ainda, apesar de compartilharem as tarefas, os companheiros podem se sentir



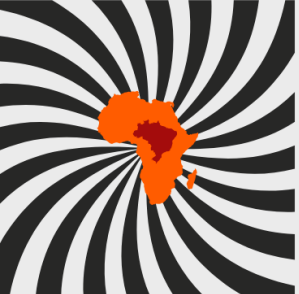
sobrecarregados, pois o próprio modelo de família não comporta de maneira saudável o trabalho e o descanso. Nessa discussão, há também a racialização de mulheres, pois elas que ajudam a “fechar a conta” do trabalho doméstico, e são inclusive elas que ajudam a fazer, e muitas vezes em condições precárias e mal remuneradas. O cuidado está fortemente intrínseco às relações de gênero, pois à mulher é outorgado esse papel.

É nesse sentido que Geni afirma ser necessário repensar a distribuição do trabalho, pois em relações saudáveis o cuidado é recíproco, ainda que não da mesma maneira. Nesse prisma, norteia exemplos como a centralização da dimensão econômica, os planos de saúde que não permitem pessoas fora da não monogamia familiar e que funcionam como punição. Também, nas relações monogâmicas, muitas mulheres adiam ou cancelam seus sonhos, e pessoas não brancas e sexo-gênero dissidentes tendem a carregar uma culpa quando priorizam a si mesmas. Para Geni, a não monogamia necessita estar atenta às lutas anticapitalistas, antimisoginas, antiheterocisnorma, e, sobretudo, à anticolonial.

Assim, é questionando se é a monogamia e a não monogamia é uma questão de escolha que a autora destaca as imposições legais no ordenamento jurídico brasileiro. A bigamia é crime no Código Penal e, apesar da possibilidade de união estável homossexual, continua a norma monogâmica. Nas relações familiares perdurou por muito tempo a escolha do companheiro pelo pai da filha para o casamento, tais relações perduram sob a égide bíblica que pregoa o marido ter autoridade sobre o corpo da mulher e vice-versa. Importante destacar que até pouco tempo a mulher ainda necessitava pedir autorização do marido, por exemplo para fazer laqueadura. Outro exemplo é, quando há a união civil e, em muitos casos, a mulher perde o direito ao próprio nome e passa a usar o sobrenome do cônjuge.

A não monogamia é uma demanda relativa ao seu próprio corpo e não sobre se relacionar com determinados números de pessoas. A monogamia é acompanhada de uma pressão global das monoculturas como a única maneira de se relacionar. São roteiros difíceis de desaprender, pois aprendemos que o amor se prova com a renúncia de nós e de nossa autonomia, destaca a autora.

Outra discussão que permeia o tema é sobre a monogamia ser “natural”, pautada na discussão de que há espécies animais que são monogâmicas. Geni destaca que a monogamia é uma construção geopolítica e psicossocial no espaço e no tempo. Apesar de alguns cientistas enfocarem do ponto de vista dos animais a monogamia como algo evolutivo para cuidado compartilhado das espécies, entre os humanos ela se traduz em sobrecarga de trabalho das mães e desamparo às crianças. Há, portanto, uma idealização que confunde promessa e cumprimento. A imposição de



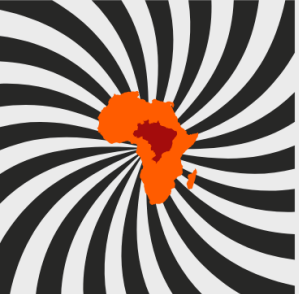
categorias aos demais bichos, que são construções políticas, é um gesto antropocêntrico, pois é impossível impor categorias raciais e de gênero a estes. Perene a esse sentido, as práticas de cuidado indígenas são coletivas e não menos sofisticadas na dita “evolução”.

Quanto à monogamia proteger uma suposta saúde sexual, isso é reproduzido em concomitância com a associação de pessoas de sexo-gênero dissidentes à disseminação de doenças, como no caso da HIV/Aids, vista com um “castigo divino”. Para Geni, isso é uma espécie de “pânico moral” que se traduz em um sentido de castigo àqueles que não seguem o “caminho reto”. A autora aponta dados acerca do exponencial crescimento de IST’s na população cis-heterossexual, em que a exclusividade sexual não tem sido uma opção sólida, pois 70% da população brasileira pratica sexo extraconjugal. A responsabilidade afetiva, nesse sentido, também leva em conta a utilização de métodos de prevenção e cuidado com a saúde sexual individual e coletiva.

Expressões como “Não monogamia é desculpa de homens machistas” são provocações recorrentes entre discussões na sociedade, que alega o fato de o homem ficar com mais pessoas, sendo que as violências vão sendo confundidas, de fato, com o que é violência, como homens cis heteronormativos que abandonam suas parceiras. O machismo estrutural se aproveita de opressões afetivas, econômicas e políticas e da heteronorma. Nesse cenário, a monogamia estabelece uma forma de amar monogâmica que é perigosa para as mulheres e a heterossexualidade é um componente central na violência contra elas.

Ainda, a construção de parentesco cristão silencia e explora as mulheres. Ela impõe a monogamia, cis-generidade e a heterossexualidade. Para muitos homens, a monogamia nunca indicou exclusividade sexual, mas eles acabam se beneficiando dela quando ela é imposta às mulheres com as quais se relacionam. A não monogamia não se trata de uma “reforma” do homem, mas a construção de outros projetos onde a identidade “homem” e “mulher” não esteja no centro.

Nesse sentido, “repensando família e parentalidade para além da monogamia”, põe em xeque como os homens não são questionados na hora de uma separação da mesma forma como as mulheres são. O número de mães solo com filhos é bem maior que o número de pais separados com filhos, ao mesmo tempo que aumenta também as relações de desigualdades e sobrecarga do trabalho da mulher, houve a necessidade de uma lei que obrigassem os homens a pagarem pensão alimentícia. É nesses moldes de família que a conquista da união estável para pessoas de sexo-gênero dissidentes continua a seguir uma direção que é monogâmica. Assim, a não monogamia comprometida com a descolonização necessita pensar a descentralização do sexo biológico e



orientações sexuais, não são somente as práticas, mas as ideologias que fomentam os sistemas que são formas de violência.

Se encaminhando a última e terceira parte de sua obra, “Os desafios da desconstrução, acolhendo inseguranças e angústias”, Geni Núñez faz um convite à prática, destacando a importância do acolhimento às vulnerabilidades. Nesse contexto de reflexão, pessoas não monogâmicas não estão imunes de terem que lidar com ciúmes e outras angústias. E, por esse viés, a descolonização não é individual, mas coletiva, pois o amor romântico coloca o cuidado como algo unilateral, que envolve os mesmos sentidos de exploração da terra “Na descolonização dos afetos, o comprometimento não se restringe a uma relação, mas abrange todas” (Núñez, 2023, p. 117).

O binarismo impede o reconhecimento da interconexão mente e corpo e outras categorias. As cosmogonias indígenas, por exemplo, não estão preocupadas em atestar que apenas suas perspectivas são válidas. Descolonizar não é somente um processo mental, mas envolve todas as dimensões, ao passo que lembrar de pessoas é importante, o esquecimento tem o seu valor na importância de reconhecer que relações podem seguir distintos fluxos, a exemplo dos términos, pois há a possibilidade de amar e ir embora. Amores potáveis são amores que dependem de condições para que se respire, e artesanias de afetos, como elenca Geni, é reconhecer as singularidades e acolhê-las, pois artesanias estão no dia a dia.

Portanto, “Que ética não monogâmica podemos criar?”, indaga Geni. Um dos desafios é o amor por nós mesmos/as. Não monogamia é um convite à expansão das sensações, ao passo que é importante identificarmos o que gostaríamos de alimentar e incentivar. Geni proporciona uma reflexão crítica que nos convida a refletir sobre contextos sociais que envolvem a construção da sociedade brasileira em pilares cristãos, debatendo sobre Psicologia, História e Direito nas imbricações sociais. Fortalece um (re)pensar daquilo que se faz enquanto “óbvio” em nossos sentidos, desde os conceitos de amor, família, monogamia e não monogamia. Suas discussões envolvem críticas ao machismo, ao racismo, capacitismo, homofobia e demais preconceitos contra comunidades sexo-gênero dissidentes. Ela nos atravessa com suas poesias sobre as múltiplas formas de amar, em um texto-convite a perceber que formas originárias de pensar afetos e o amor podem ser um escape à colonização de nossas autonomias.

Enviado em: 12/12/2024

Aceito em: 06/03/2025